

# SUBJETIVIDADES AFLORADAS NUMA (OUTRA) GUERRA: CARTAS DE MULHERES<sup>1</sup>

*Marlene de Fáveri*

*Resumo: Na análise de correspondências de mulheres de Santa Catarina endereçadas aos governantes Nereu Ramos e Getúlio Vargas, no contexto da Segunda Guerra Mundial, destacam-se papéis e práticas sociais concernentes à brasilidade da família, a problemas financeiros e de sobrevivência dos filhos na ausência do pai-provedor. Em pedidos de notícias e de soltura dos maridos detidos nos campos de concentração do Estado, reafirmam papéis de esposas extremadas e mães cuidadoras, educadoras de seus filhos para o patriotismo apoiadas em imagens correntes na época, alinhadas ao ideário estadonovista de amparo à família e à mulher.*

*Palavras-chave: mulheres; cultura política; gênero.*

Proponho, neste artigo, algumas reflexões acerca de correspondências de mulheres de Santa Catarina endereçadas aos governantes Nereu Ramos, interventor do Estado, e Getúlio Vargas, no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando estiveram envolvidas nas redes da repressão política porque seus maridos foram aprisionados nos campos de concentração. No calor das relações tensas, ousaram escrever aos governantes fazendo pedidos de soltura dos maridos, ou deles solicitando notícias, como também o retorno para suas casas, já que estavam detidos e afastados havia meses e até anos.

Estava em vigor durante aqueles anos (1942-1945) uma forte política nacionalista, sendo que os estrangeiros e descendentes dos países ligados à Alemanha e Itália<sup>2</sup> foram duramente perseguidos por meio da repressão à sua língua, além de serem vistos como conspiradores contra a Segurança Nacional. Portanto, eram detidos em campos de concentração (eram dois em Santa Catarina, um em Joinville e outro em Florianópolis), ou afastados do litoral para uma distância de no mínimo 300km da costa. Com o alinhamento do Brasil aos Aliados e contra o Eixo,<sup>3</sup> em janeiro de 1942, recrudescceu a perseguição aos imigrantes e descendentes residentes no Brasil, sendo os alemães identificados com o nazismo e considerados atuantes

na causa de Hitler, em favor da Alemanha, assim como os italianos eram vistos como se fossem a favor do fascismo de Mussolini. No contexto, homens e mulheres, identificados como “quintas-colunas” (traidores da pátria), perseguidos na sua origem étnica e reprimidos nas suas manifestações culturais, vivenciaram relações cotidianas de enfrentamentos, resistências, medo, apreensão e toda sorte de inseguranças.

Várias mulheres redigiram extensas cartas aos governantes por diferentes motivos, entretanto, têm em comum a queixa de que seus maridos estavam presos por ordem do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e deles queriam notícias e que fossem libertados. Gertrudes Niemeyer escreveu a Nereu Ramos, então interventor do estado de Santa Catarina, no dia 10 de fevereiro de 1943:

Sua Excelência o Sr. Interventor Dr. Nereu Ramos.

Eu, abaixo assinada Gertrudes Niemeyer, Brasileira, casada, tenho quatro filhos menores, domiciliado[a] em Itajaí, Rua Brusque 23, venho por meio desta pedir l. Excl. de por em liberdade o meu marido Hanz Niemeyer que se acha atualmente internado em Trindade. Peço a liberdade de meu marido porque não sou mais capaz de sustentar a família como também não sou [estou] mais nas condições financeiras de pagar os impostos da oficina, como o aluguel da casa, chequei no ponto da falta de necessidades, somente meu auxílio urgentemente pelo meu marido pode nos salvar desta miséria.<sup>4</sup>

A carta mostra uma caligrafia deslizando em letras grandes e muitos erros na grafia – troca-se o “o” pelo “a”, “t” pelo “d”, palavras masculinas são empregadas no feminino e vice-versa –, embora bem legível e em tinta azul. Percebe-se a dificuldade de expressar-se – haja vista que sua linguagem cotidiana devesse ser o alemão –, entretanto, as idéias aparecem bem organizadas ao longo da missiva; ou, quem sabe, teria recorrido a alguém de suas relações para redigir a carta, revelando condições de produção. De início, Gertrudes salienta que é casada com Hanz e tem quatro filhos para sustentar, porquanto não pode mais dar conta das despesas e necessita do auxílio do marido. Noto que o amparo à família fazia parte do ideário estadonovista, coerente com o discurso oficial, ou seja, o presidente encarnava a imagem do pai que devia preocupar-se com seus filhos.

Gertrudes continua sua escritura, pontuando com detalhes o momento em que seu marido fora preso e levado para o campo de prisioneiros políticos na Trindade, em Florianópolis, no dia 18 de agosto de 1942, quando, conforme relata, estava ele bebendo uma cerveja com um amigo esperando acontecer a inauguração de um prédio para o qual tinha realizado obras, momento em que foi comunicado de que cinco navios brasileiros haviam sido afundados, tendo, portanto, a inauguração sido suspensa. No argumento da mulher, seu marido

[...] não sabia de nada porque não tinha ouvido as notícias primeiramente, porque como se deixa provar o nosso rádio tinha um defeito e já não funcionava desde três semanas e segundo pelos serviços não tinha tempo, logo despediu-se e foi se apresentar na Delegacia [e] dali ele foi rectamente para casa contar mais o caso e proibir os filhos sair na rua como ele

mesmo também ficava em casa porque ele não queria que algum de nós dava causa para provocações.<sup>5</sup>

Noto que Gertrudes estava informada dos acontecimentos daqueles dias que antecederam a declaração de guerra à Alemanha, em 22 de agosto de 1942, e mesmo escrevendo em fevereiro de 1943, relatou com precisão de detalhes aquele momento – uma memória tecida de sentimentos familiares, entrelaçada com as proibições e o medo de provocações. Era mesmo um momento bastante tenso para os moradores da cidade portuária de Itajaí, de onde eram alguns dos marinheiros dos navios mercantes afundados meses antes, e parte da população temia outras represálias por parte dos navios do Eixo, e portanto ameaçava os imigrantes e descendentes e os classificava como traidores da pátria, gerando um clima de apreensão e revolta.<sup>6</sup>

Na narrativa, o momento da prisão de Hanz aparece relatado assim: era meio-dia, a família estava almoçando quando

[...] chegou a polícia avisando meu marido de aparecer na delegacia, imediatamente meu marido sabia que ele fosse [seria] preso. O Dr. Delegado acusou meu marido que ele tomar uma cerveja enquanto cinco navios foram afundados, a defesa do meu marido ele não aceitou como verdade e prendeu o mesmo. Depois de três semanas o meu marido foi transferido sem interrogação para Florianópolis, e como o Dr. Lizera que fez a revista em nossa casa prometem para meu filho que se foi despedir do pai, que o meu marido só foi transferido para fazer inquérito e em três até 4 semanas foi [seria] posto em liberdade porque não acharam nada no revistamento, que comprometia o meu marido, como também a conduta do mesmo era ótima.

No argumento, seis meses depois do ocorrido (preso em agosto de 1942, a carta data de fevereiro de 1943) e sem notícias, Gertrudes apelou referindo-se à inocência do marido: disse que este morava no Brasil fazia 33 anos, sem nunca ter-se envolvido com política, e que não era partidário do Eixo e, como relatou, “nunca conspirou contra ao Brasil e nem falava mal de nosso país, em contrário ele ensinou e educou os nossos filhos no sentimento de brasilidade, prova é que os nossos filhos foram os primeiros Escoteiros de Blumenau”. Terminou dizendo que pretendia dar provas da inocência do marido, apelando para o “sentimento de justiça” do interventor, o qual deveria intervir para que “meu marido pode [possa] voltar em breve para casa em [na] qual está faltando o sustentador para evitar que uma família caia inocentemente na miséria”, e agradecendo ao governador em nome dos filhos menores.

Sem resposta do interventor estadual, Gertrudes então escreveu diretamente ao presidente da República, no dia 7 de outubro de 1943<sup>7</sup> (a carta anterior era de 10 de fevereiro), carta esta devolvida a Nereu Ramos, datilografada (cópia) e assinada pelo Dr. Trinton, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 12 de novembro de 1943, com o parecer de que sobre o assunto “nada consta nos fichários deste gabinete”.<sup>8</sup> Nessa carta, Gertrudes repetiu os argumentos da anterior, dizendo igno-

rar até então o motivo da detenção, já que até aquele momento seu marido não havia respondido ao inquérito nem fora convidado a prestar quaisquer declarações. Disse ainda que seu filho mais velho procurou manter a oficina “a fim de enfrentar a miséria que ameaça toda a família”, mas, ainda aprendiz, na ausência do pai, dava conta dela com dificuldade. Naquele momento, o filho fora sorteado para ingressar no Exército brasileiro,<sup>9</sup> tornando-se iminente “a falta do pão de todo dia”.

Já era 11 de novembro de 1943 quando deu entrada, no Tribunal de Segurança Nacional, o processo crime de Hanz Niemeyer, tido como “fanático participante do Eixo”, conforme Portaria assinada por Antonio de Lara Ribas, então delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina. Na folha de antecedentes de Hanz, constava que ele era filiado à União de Artífices de Blumenau. Tal documento comprovava um convênio secreto entre a chefia nazista e Curt Hering –, o qual comprometia-se a trabalhar para o nazismo –, além de conter fotografias e cartas assinadas com *Heil Hitler*, dentre outros.<sup>10</sup> O nome de Hanz fazia parte também da relação dos alemães ligados ao Partido Nazista, internados na Penitenciária da Trindade. Conforme dados retirados do ofício de Antonio de Lara Ribas, em dezembro de 1943, Hanz Niemeyer foi detido em Itajaí, sendo que “em 1937 foi um dos signatários do convênio secreto das sociedades de Blumenau com o Partido Nazista, pelo qual se comprometia em nunca desenvolver atividades contra Hitler ou o Terceiro Reich, e, em 1942, ofendeu aos brasileiros e exaltou Hitler”.<sup>11</sup> Ou seja, estava preso na Penitenciária Agrícola da Trindade desde agosto de 1942, sem que a esposa tivesse notícias.

Agravando mais a situação, num relatório anexo aos autos e expedido pela Delegacia de Itajaí, constava que Hanz declarara rendas no valor de “6.000\$000, mas tinha 12.000\$000, e disse que poderia pôr até 50.000\$000 em vista de que Hitler ganhará mesmo a guerra, e depois os brasileiros sem-vergonha pagarão a ele tudo em juros, já que ele, alemão, tinha bastante serviço, pois era inteligente e os brasileiros, burros”. Já segundo a declaração de Samuel Heusi Junior, o problema era a concorrência na fabricação de calhas com Paulo Teodoro Laux, donde, disse, vieram as intrigas.

É significativo observar a fala do delegado que vai para o relatório. É possível que Hanz não tenha dito dessa forma, e que o documento traduza as palavras do escrevente durante o inquérito, e revele o agravante de ter chamado os brasileiros de burros – preconceito étnico considerado no momento ofensivo à pátria. Ao que parece, eram questões particulares e de concorrência comercial, em que ganhos deviam estar sendo negociados nessa denúncia e afastamento de Hanz das atividades. Gertrudes estaria informada das atividades do marido? Não sabemos. Entretanto, pode-se depreender que ela não estava alheia aos acontecimentos, porém suas justificativas – de que nem o rádio funcionava, de que educou os filhos dentro da brasilidade, de que nada havia em casa que delatasse o marido, de que as crianças foram proibidas de sair, de que ele mesmo não saía mais e sabia que seria preso – evidenciam um drama familiar. Conforme a renda informada pelo marido, talvez a “miséria” fosse um argumento, porém, lembro que as contas bancárias dos estran-

geiros foram bloqueadas durante a guerra, colocando muitas famílias em difícil situação econômica.<sup>12</sup> Bem, era 11 de julho de 1944, quando os juizes do Tribunal de Segurança Nacional resolveram fazer o arquivamento do processo de Hanz Niemeyer. Ou seja, quase se ia a guerra. Hanz, como outros tantos, ficou na Trindade preso por dois anos.

Outras mulheres escreveram em busca de notícias dos maridos, como fez Herta Hassler, em 4 de outubro de 1943. Moradora de Trombudo Central (Rio do Sul), Herta endereçou ao interventor Nereu Ramos sua história: brasileira, casada com Siegfried Hassler e mãe de quatro filhos menores (informa as idades), disse ser ele construtor de máquinas de 46 anos, imigrado da Alemanha em 1924. Relatou que seu marido fora preso “repentinamente” em 25 de agosto de 1942, em Itajaí, onde morava na época, e conduzido para o campo de concentração na Trindade, ignorando até então o motivo de sua detenção.<sup>13</sup> Esclareceu ainda que o marido “nunca se intrometeu em questões políticas, nem no Brasil e nem no seu país de origem, nunca tendo sido duvidado a brasilidade de sua família”, solicitando que se averiguasse qual a sua culpabilidade, convencida de que não era culpado, e se lhe restituísse “a liberdade o mais breve possível a fim de que possa voltar ao seu lar e trabalhar para poder sustentar sua família, e a mãe que já tem 73 anos de idade, certa de merecer atenção dado o alto espírito de justiça” do interventor.

Siegfried fora detido em agosto de 1942, e a carta de Herta data de outubro de 1943, ou seja, estava há mais de um ano detido sem que tivesse notícias ou qualquer explicação. A interventoria estadual encaminhou a carta ao Departamento de Ordem Política e Social, que então informou o seguinte:

Siegfried Martin Hermann Hassler foi preso em Itajaí por motivo de Segurança Nacional [...] se diz engenheiro, é chefe de todos os serviços da Fundação Hoffmann, goza de grande conceito junto aos operários, e certo dia lá esteve um corretor de seguros e, sendo procurado para um seguro de vida, dissera que isto tudo no Brasil não valia nada, que ninguém lhe garantia que receberia e nem saberia se na Alemanha iriam lhe pagar quando lá estivesse, e que de um dia para outro estavam os alemães esperando um vapor que atracaria em um porto da costa brasileira, para levar todos embora. Disse isso em alta voz na oficina, de modo a ser ouvido por todos. Interroguei a todos, sendo que os alemães negam e os brasileiros trabalham sempre longe desse indivíduo, que perto de si conserva os alemães e é bastante inteligente, segundo desprendi, por falar junto de testemunhas.<sup>14</sup>

Acrescentou ao informe que entre o material apreendido em seu poder havia uma fotografia de Hitler e, quando inquirido, declarou ter sido filiado ao grupo de ex-marinheiros alemães de Blumenau e membro da Frente de Trabalho Alemã,<sup>15</sup> além de anteriormente ter sido denunciado por sonegação de impostos. Através dessa carta, cheguei ao processo crime de Emílio Hoffmann e Siegfried Martin H. Hassler, aberto no Tribunal de Segurança Nacional, em maio de 1943, originalmente saído de Itajaí em outubro de 1942. Com a detenção de Siegfried, técnico da Fundação Hoffmann, o proprietário Emílio Hoffmann, em represália, iniciou um trabalho de

resistência passiva na fábrica: dispensou empregados e as encomendas não puderam ser atendidas, “prejudicando os interesses nacionais e a economia do país”, conforme o relatório do delegado Paulo Malta Ferraz.<sup>16</sup> Com a prisão de Siegfried, surgiu a denúncia de sonegação de impostos por Emilio Hoffmann, agravada com o atraso de encomendas, sendo que os empregados o acusaram de os lesarem nos vencimentos. O processo foi arquivado em junho de 1943. Herta escreveu em outubro, ou seja, Siegfried continuava na prisão mesmo depois do arquivamento.

Herta e Gertrudes escreveram às autoridades quando já havia passado de seis meses a um ano da prisão dos maridos, porém, nas cartas não há indícios de que soubessem dos processos crime. Ambas utilizaram o argumento de *brasilidade* dos maridos e alegaram a ausência de culpa, falaram dos problemas financeiros para prover a família, portanto, mostraram-se coerentes com o discurso oficial, perfeitamente enquadradas no que era ser mãe na época – dizem dos papéis sociais aceitos e circunscritos nas relações e na construção cultural dos gêneros. Entretanto, é possível que partilhassem das idéias e até mesmo estivessem a par do que ocorria, mas, para além das conjecturas sobre o impossível de saber, observo que essas mulheres<sup>17</sup> ousaram escrever e usaram de estratégias possíveis diante da contingência – estava em jogo a sobrevivência dos filhos na ausência do pai provedor. Dessa forma, recorreram a estereótipos correntes na época, como a necessidade da presença masculina para a manutenção familiar, o que indica que estavam em sintonia com a doutrina estadonovista de amparo à família e à prole, segundo a qual as mulheres eram colocadas sob a proteção dos maridos e, em especial, do Estado.

Se, por um lado, as mulheres das quais estou falando escreveram pedindo clemência e colocaram-se dependentes dos maridos na manutenção dos filhos, por outro, deram conta, tornaram-se chefes de família mesmo que provisoriamente; por certo reinventaram economias, e suas dificuldades e incertezas podem ser lidas na condição humana de sentir a ausência e a falta de notícias, nas dificuldades com os filhos, temerosas do que poderia acontecer, resistindo à maneira de cada uma.<sup>18</sup> De certa forma, essas mulheres enclausuravam-se nos espaços domésticos e privados: diante da repressão e das denúncias que grassavam no cotidiano, pairou um silêncio: sim, era também perigoso reclamar nas delegacias, onde a própria linguagem denunciaria a origem. As mulheres que ousaram escrever utilizam o recurso possível e, ante a dor e o desatino, deve ter sido difícil escrever, já que um cuidado com as palavras mostra o temor de serem mal-entendidas. Talvez recorressem a modelos de cartas<sup>19</sup> da época ou mesmo a “escrevedores” mais hábeis no tratamento que seguia padrões preestabelecidos.

Nessa guerra vivida em Santa Catarina, a jovem Jutta Andresen – natural de Tankerade (Alemanha), 16 anos, residia há dez anos em Badenfurt, interior de Blumenau, desde que chegara com os pais Werner e Téa – e o jovem Herbert Oscar Jung – natural de Hamburgo (Alemanha), 35 anos, funcionário das Casas Carlos Hoepcke Sociedade Anônima, residente em Florianópolis – conheceram-se em 1937, quando surgiu uma amizade que se transformou em namoro. E nada mais comum

do que trocaram cartas num tempo em que se deslocar era difícil e telefone era raro. Era 14 de setembro de 1942 quando Herbert escreveu uma carta para Jutta comunicando-lhe que estava sendo transferido para Bom Retiro,<sup>20</sup> e, na qual, solicitava ao amigo Oswaldo Lehmkuhl (Seção de Expedição da empresa Hoepcke) que levasse um pacote, endereçado para Bedenfurt, e o entregasse na agência da Auto Viação Catarinense para que fosse despachado para Jutta. Alberto Stuart (funcionário dessa agência) perguntou a Oswaldo o que o pacote continha: disse tratar-se de fazendas (conforme depoimento, foi o que lhe veio à cabeça, pois não sabia o conteúdo). Encafifado com o peso – fazenda não pesa tanto – Alberto resolveu abrir o pacote... eram dois tijolos e dentro estava a carta escrita em alemão, além de um comprovante de envio de encomenda à Cruz Vermelha em São Paulo endereçados à Alemanha. Não teve dúvidas: levou ao conhecimento das autoridades policiais, e começou o drama dos jovens namorados. Foi aberto processo,<sup>21</sup> no dia 1º de setembro de 1942, o qual estendeu-se até 23 de junho de 1943. Conforme os autos, assim procediam: Albert Oscar Jung servia de intermediário para Jutta Andresen, a qual recebia as cartas envoltas em tijolos, e utilizava-se da amizade com Lehmkuhl no trabalho, que as despachava à Cruz Vermelha, em São Paulo, com o carimbo da Hoepcke e que posteriormente as enviava à Alemanha. Mas por que, nesse caso, enviara a carta pela Auto Viação Catarinense e não pelo correio? A censura limitava cartas para o exterior em língua estrangeira (países do Eixo) e as proibia em território nacional, porém, um decreto de 1939 permitia que encomendas acima de dois quilos circulassem sem serem abertas,<sup>22</sup> e era assim que a Catarinense interpretava, portanto, não abria os pacotes.

Bem, foram chamados para depor todos os que de alguma forma estavam envolvidos na abertura do pacote, e o encarregado da Seção de Expedição da Hoepcke, Oswaldo Lehmkuhl, disse ter levado por diversas vezes pacotes iguais endereçados a Jutta, a pedido de Herbert Jung, para a agência da Catarinense. O termo de declarações da polícia resume os fatos, acrescentando que o acusado tinha o costume de enviar pacotes e malas tanto pela Viação Catarinense quanto por outras companhias de transporte, e que o remetente não era a Empresa Hoepcke, mas sim Herbert Jung. Ou seja, supunha-se que Jutta escrevia cartas para a Alemanha e utilizava as redes de trabalho do namorado para enviá-las em segurança. Já em 8 de outubro de 1942, estando afastado Herbert Jung em Bom Retiro por força do salvo-conduto,<sup>23</sup> foi interrogado pelo delegado, declarando que enviou a carta a Jutta Andresen com quem mantinha amizade e correspondência pelo correio, e como a namorava, escreveu para que enviasse as próximas cartas a Bom Retiro. Não havendo agência dos correios onde Jutta morava, era mais fácil e rápido utilizar a encomenda, já que o caminhão da Catarinense passava em frente à sua casa e por isso utilizara os tijolos, mas que a carta não tinha intenções criminosas, embora fosse escrita em alemão; sabia ser permitido mandar pacotes acima de dois quilos, e nada mais disse.

Interrogada em 15 de janeiro de 1943, Jutta Andresen disse que, desde que se conheceram, Herbert lhe mandava cartas e as respondia, sendo as últimas em português; que recebia por meio da Auto Viação Catarinense pacotes de doces, caixas

com livros e outras pequenas coisas; que sabia da estada de Herbert em Bom Retiro na ocasião em que todos os estrangeiros tinham de se retirar do litoral; que de lá ele lhe mandava cartas, e inclusive, numa ocasião, lhe mandou uma caixa de pêssegos; e nada mais. Seguem-se extensos interrogatórios a Herbert e Jutta, esta então com 17 anos quando foi lida a carta e soube, finalmente, seu conteúdo (traduzida para o português). Jutta declarou não ter posses para constituir advogado e estar numa situação lamentável, com seu pai detido em Bom Retiro (processado pelo TSN) e sua mãe, sem o marido, com cinco filhos para sustentar, e, sendo ela a mais velha, teria de dar conta de amainar o drama familiar. A adolescente estava à beira de ser incriminada por uma carta que nem recebera. Afinal, Jutta realmente escrevia tais cartas?

Outra testemunha, agora Geraldina Maria Albino, funcionária da agência dos correios, em Salto Weissbach, próximo a Rio do Testo (cidade mais próxima de Badenfurt), disse que a senhorita Jutta Andresen mantinha intensa correspondência, quase diária, e que, como funcionária, não possuía o hábito de verificar os remetentes, nem tinha tempo para tal; porém, havia dias, Jutta teria lhe mostrado uma fotografia de um primo que julgava ser Herbert. Disse, também, não poder afirmar se Jutta era capaz de enviar correspondência clandestinamente, mas que “*a correspondência tem diminuído*” e que pensava que isso ocorria porque a maioria das pessoas do meio colonial em que residia não conhecia o idioma brasileiro, isto é, não sabia escrever e ler o português – com a proibição do uso do idioma estrangeiro, muitos deixaram de manter relações por correspondência. Além disso, declarou que Jutta era uma *mocinha de modos delicados e bem-educada, nunca tendo ouvido nada que desabonasse sua conduta*. A conduta e a delicadeza seriam argumentos que a inocentassem?

Enfim, Jutta Andresen e Herbert Oscar Jung foram processados por violação do artigo 70, da Lei das Contravenções Penais,<sup>24</sup> por remeterem clandestinamente correspondência sem o pagamento do selo devido. O juiz julgou Jutta Andersen inocente e Herbert Oscar Jung culpado, tendo sido condenado a cumprir pena de três meses de reclusão, sendo que o advogado de defesa alegou a inexistência de crime e que Herbert pagara a quantia necessária para o envio do pacote, citando a ausência de lei que proibisse o envio de pacotes com menos de dois quilos, além de utilizar-se de outras astúcias peculiares à defesa. O advogado fez a apelação da sentença, ao que o juiz concedeu a Herbert o benefício *sursis*<sup>25</sup> pelo prazo de dois anos, com suspensão condicional da pena e o pagamento das despesas do processo. Isso ocorreu em 23 de julho de 1943.

O que aconteceu depois, se Jutta e Herbert casaram, não sei. Retenho dessa história a forma como a polícia movia-se nos interrogatórios, esquadrinhando pessoas e informações. Jutta, a adolescente enamorada, ao que parece, enviava mesmo cartas para a Alemanha e utilizava-se dos préstimos do namorado; e por que não o faria naquelas circunstâncias? Herbert Oscar Jung, por sua vez, mantinha relações de amizade e pelo fato de ser funcionário da Hoepcke, usava isso como estratégia para

burlar a lei. É possível que outras pessoas tenham usado de táticas semelhantes, sendo essa uma maneira de manter contato com parentes distantes e ter notícias deles, em língua materna. Nesse processo, noto que a conduta de Jutta, no depoimento da funcionária do correio, e o uso de estereótipos de gênero em defesa própria mostram que era possível transformar transgressão em benefício ao lançar mão dos papéis de gênero. Se *a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações* (GOMES, 2004, p. 24), essas cartas trocadas em tempo de guerra oportunizavam, sim, relações estabelecidas nas franjas da lei, e utilizados os meios de burlas, mas também os usos de papéis reforçadores de uma “natureza” das mulheres.

São cartas de pessoas comuns que, se observadas com cuidado, revelam relações do cenário em que estão contextualizadas, e o momento exigia palavras que tocassem na sensibilidade dos destinatários. Recorriam aos governantes alicerçados em todo um discurso oficial de legitimidade política e social de amparo aos trabalhadores,<sup>26</sup> centralizado na família nuclear, ou em um pai provedor que não se omitiria de auxiliar esposas dedicadas e patriotas.

As cartas dessas mulheres mostram desespero e angústia, revelando práticas sociais do lugar e do tempo do relato, fatos vividos no cotidiano da guerra, testemunhos de acontecimentos pessoais e familiares que dão um sentido aos sofrimentos de quem as escreveu. São cartas privadas para um destinatário único em que, na ilusão de uma resposta, as mulheres expunham relações da vida privada para o público. Deveriam ser lidas pelo destinatário que, esperavam, tomaria providências. Mas quem lia realmente as cartas e como as recebia? Uma análise cuidadosa remonta as condições tanto de produção quanto de recepção, pois sabemos que as cartas acabavam nas mãos de secretários que as separavam e as devolviam aos estados, ou arquivavam, ou eram remetidas para averiguações sobre o caso. No momento da guerra, uma carta podia desdobrar-se em averiguações e, quiçá, em processo e inquérito pelo DOPS.

As mulheres que escreveram às autoridades o fizeram como uma súplica e invocaram o *espírito de justiça* dos interventores. De qual justiça falavam? Não eram o presidente da República ou o interventor do Estado os vilões; estes eram tidos como justiceiros, e por isso apelam aos seus sentimentos. Ora, a imagem de que os governantes eram justos estava presente na imprensa, nos programas de rádio, nos discursos: Getúlio era o pai, e Nereu Ramos, em nome do pai, devia acolher os pedidos dos desamparados<sup>27</sup> e condoer-se com as súplicas, ainda mais num momento em que a família era vista como o alicerce da nação, num Estado Novo que pretendia reconduzir as mulheres, grandes úteros da nação,<sup>28</sup> aos lares e aos papéis de cuidar da prole e dos maridos e também os homens aos papéis de provedores.

As cartas revelam indícios de uma cultura numa época e num meio específicos, nesse caso, de um momento em que, em face dos discursos da pátria/pai/paternal, era possível recorrer diretamente aos governantes e expressar sentimentos. Nas pala-

bras de Camargo, um estudo de cartas, além de revelar lugar e tempo, “consolida uma prática escrita porque entremeia, penetra, constitui e faz o cotidiano” (CAMARGO, 2002, p. 159). Essas cartas não se inscrevem no que normalmente conhecemos como cartas de amor envolvidas em suspiros, apresentam-se entrecortadas de preocupações, angústias, tendo sido provavelmente discutidos em família a sua produção e envio, além de revelarem a preocupação de se medirem palavras e pronomes de tratamento: evidenciam dramas familiares de homens e mulheres quando, por contingência de decisões políticas e alinhamentos estratégicos a repressão recaiu sobre a população de origem, sendo a linguagem escrita talvez a única forma de fazer com que os governantes tomassem conhecimentos dos infortúnios privados como possibilidade de clemência e liberdade. As cartas revelam práticas sociais a partir de como e do que está sendo dito, e também em relação a quem são endereçadas, aflorando subjetividades.

*Abstract: Whith analysis of correspondences from women of Santa Catarina addressed to the governors Nereu Ramos and Getulio Vargas, in the context of Second World War, requesting roles and social practices relative to family's brasilidade, the financial problems and the privation to let their husbands. With solicitation liberating and notices their husband, who were detained in the State concentration camps, reasserting roles of the diligent and educator mothers, these letters were connected to the Estadonovista ideas of the family and woman protection.*

*Keywords: women; political culture; gender.*

*(Recebido e aprovado para publicação em dezembro de 2004.)*

## Notas

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa intitulado “Quando público e privado se entrecruzam: cultura política e correspondências nos governos Vargas e Ramos (1930-1945)” – PIBIC/FAED/UDESC, com a participação das bolsistas Julia Scherer e Daisy Fernanda Alves.

<sup>2</sup> Nos anos da Segunda Guerra Mundial, alinharam-se em torno do Eixo a Alemanha, a Itália e o Japão, e, em torno dos Aliados, os Estados Unidos e a Inglaterra, sendo que o Brasil, em agosto de 1942, declarou guerra ao Eixo. A “política da boa vizinhança” utilizada pelos Estados Unidos para evitar a aproximação do Brasil com a Alemanha foi levada ao extremo pelo presidente Getúlio Vargas, provocando a repressão aos imigrantes e descendentes daqueles países os quais passaram a ser vistos como “traidores da pátria”.

<sup>3</sup> Com o ataque japonês a Pearl Harbor, base norte-americana, no dia 7 de dezembro de 1941, os Estados Unidos, no dia seguinte, declaram guerra ao Japão, sendo que no dia 11 de dezembro, Alemanha e Itália unem-se ao Japão e entram na guerra contra os Estados Unidos. Getúlio Vargas convoca os membros do

Governo e telegrafa a Roosevelt, declarando que o Brasil está solidário com os Estados Unidos; isso deflagra uma verdadeira guerra de nervos entre embaixadores dos países envolvidos. Na Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil alinha-se aos Aliados.

<sup>4</sup> Carta de Gertrudes Niemeyer, Itajaí, ao interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 10 de fevereiro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Dez/Jan. de 1943. Palácio do Governo. APESC. A grafia das fontes foi mantida.

<sup>5</sup> Ibidem.

<sup>6</sup> O *Jornal do Povo* (Itajaí, 15 abr. 1942) lembrava que a cidade “viu, sacrificados num dos últimos atos desse imenso drama guerreiro das ondas, dois de seus ilustres marinheiros [...] com dignidade e bravura”.

<sup>7</sup> Carta de Gertrudes Niemeyer, Itajaí, ao presidente da República, Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1943. Cartas Recebidas dos Ministérios – 1941/1944. Palácio do Governo. APESC.

<sup>8</sup> Parecer anexo à carta (cópia) devolvida. Na Portaria Ministerial Nº 5.214, de 12/1/1942, ficou instituído o regimento interno da Seção de Segurança Nacional, cuja principal atribuição era o combate ideológico, já que estava o país em plena fase de repressão aos estrangeiros. Conforme afirmou Augusto César Lobo, diretor dessa Seção em 1942, ele tinha função de receber e estudar denúncias relativas à segurança nacional, enviadas ao Ministério da Justiça e Relações Exteriores, pela Secretaria da Presidência da República, as quais, em seguida, eram devolvidas aos interventores estaduais. Arquivo Histórico Nacional. Seção de Segurança Nacional, IJ1 1374. Exposição de motivos sobre a necessidade da Seção de Segurança Nacional à Secretaria da Presidência da República, em 18 de agosto de 1942. Citado por Cancelli (1994, p. 68).

<sup>9</sup> São vários os casos de detidos que têm filhos nas fileiras do Exército em Santa Catarina, evidenciando que isso não dava nenhum respaldo às famílias.

<sup>10</sup> Processo crime nº 4.979 – Hanz Niemeyer. Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Fonte: Ofício (cópia) de Antonio de Lara Ribas, delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, para Antonio Carlos Mourão Rattton, secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. Florianópolis, 3/12/43. *Ministério da Justiça, Seção de Segurança Nacional*, IJ1 “1382”, ANRJ. Citado por PERAZZO (1999, p. 239-244).

<sup>12</sup> Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942. *Coletânea de Decretos-Lei de 1942*, v. I – Atos do Poder Executivo. APESC.

<sup>13</sup> Carta de Herta Hassler, Trombudo Central, ao interventor Nereu Ramos, Florianópolis, em 4 de outubro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>14</sup> Informe de Antonio de Mourão Rattton, secretário de Ordem Política e Social, Florianópolis, ao delegado de Ordem Política e Social, Antonio de Lara Ribas, em 11 de outubro de 1943. Ofícios Recebidos de Diversos – Jan/dez. 1943. Palácio do Governo. APESC.

<sup>15</sup> A Frente de Trabalho Alemã era uma organização ligada ao NSDAP, o Partido Nazista, cuja chefia central ficava em São Paulo.

<sup>16</sup> Processo crime nº 3.477 – Emilio Hoffmann. Fichário: Santa Catarina – Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Este processo foi arquivado no dia 8 de junho de 1943.

<sup>17</sup> Frida Weber, esposa de Ludwig Weber, em fevereiro de 1943, também requereu, sem sucesso, a liberdade do marido preso desde abril de 1942, em São Paulo. Requerimento de Frida Weber para major superin-

tendente de Segurança Pública e Social, São Paulo, 22/2/1943. "Ludwig Weber", Pront. Nº 51.154 DEOPS-SP, DAESP. Citado por PERAZZO (1999, p. 203).

<sup>18</sup> Das mulheres, esperava-se que dessem conta na ausência dos maridos. Na França, a experiência de penúria durante a guerra levou as mulheres a uma batalha cotidiana na proteção dos filhos e manutenção da casa. Cf. ECK (1991, p. 243-277).

<sup>19</sup> O ato de escrever cartas foi desenvolvido na esfera privada da família burguesa, no século XVIII, e aperfeiçoado no século XIX, era ligado à emergência do olhar-se, da subjetividade. As cartas eram impressas e/ou copiadas, servindo de modelos, caros aos manuais de civilidade até o final do século XIX. No século XX, com a alfabetização mais acessível, popularizaram-se e variaram as formas de escrita, sem que deixassem de servir como meio de comunicação íntima. Na década de 1940, as cartas aqui vistas estão contextualizadas no tempo em relações consentidas pelos governantes.

<sup>20</sup> Herbert Jung ficou detido em Bom Retiro e foi transferido para o campo de concentração de Trindade, junto com outros, por terem cantado *Noite Feliz* em alemão.

<sup>21</sup> Processo nº 576 – Caixa 60. Herbert Jung, 2ª Vara da Comarca da Capital, Florianópolis. Arquivo do Fórum de Florianópolis.

<sup>22</sup> Decreto-Lei nº 1.681, de 13 de outubro de 1939. Dispõe sobre o monopólio postal da União e estabelece penas para os contraventores de coleta, transporte e distribuidores de correspondências.

<sup>23</sup> Salvo-Conduto Especial Nº 175, da Delegacia de Ordem Política e Social.

<sup>24</sup> O Artigo 70 da Lei de Contravenções Penais prevê crime para "*Praticar qualquer ato que importe violação do monopólio postal da União*".

<sup>25</sup> Benefício *sursis* significa suspensão condicional da pena. Aplica-se quando o crime cometido é leve e a pena é de até dois anos. Não há condenação, suspende-se a pena. Se durante o prazo da condenação o cidadão se comportar bem, é como se ele nunca tivesse cometido crime. Agradeço a Eva Gavron pela pesquisa.

<sup>26</sup> Sobre o assunto, ver Ferreira (1998, p. 243-253).

<sup>27</sup> A política de massas de Vargas permitia que pessoas comuns se dirigissem a ele e seus ministros, como também aos interventores estaduais, com reclames e pedidos de proteção, escolas, trabalho, liberdade etc. Um estudo sobre cartas nesse sentido foi feito por WOLF (1994, p. 27-60).

<sup>28</sup> Cf. Reis (1993).

## Referências

ANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

CAMARGO, Maria Rosa R. M. de. Escreva-me urgente... Um estudo dos meios comunicativos na carta. In: BASTOS, Maria H. C. et al. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

ECK, Hélène. As mulheres francesas sob o regime de Vichy. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente – o século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. p. 243-277.

FERREIRA, Jorge. Vagas e o imaginário do povo: Estado e cultura política popular (1930-1945). In: MARTINS, Ismênia et al. (Org.). *História e cidadania*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1998. v. 1.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

REIS, Maria Cândida Delgado. *Tessitura de destinos: mulher e educação*. São Paulo: EDUC, 1993.

WOLF, Joel. "Pai dos pobres," ou Mãe dos ricos"?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, p. 27-60, 1994.